CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 25.053/25/1ª Rito: Ordinário
PTA/AI: 01.003852235-42
Impugnação: 40.010158734-55, 40.010158840-07 (Coob.)
Impugnante: CINAPE Comércio e Indústria de Aço e Ferro Ltda
IE: 186155668.01-15
Ildeu Simões de Carvalho (Coob.)
CPF: 486.831.596-04
Proc. S. Passivo: André Almeida Gonçalves/Outro(s)
Origem: DF/Contagem - 1

EMENTA

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – SÓCIO-ADMINISTRADOR – CORRETA A ELEIÇÃO. Correta a inclusão do sócio-administrador do estabelecimento autuado no polo passivo da obrigação tributária, nos termos do art. 135, inciso III, do Código Tributário Nacional – CTN c/c o art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75.

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - FALTA DE REGISTRO/ESCRITURAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL NOS LIVROS PRÓPRIOS – LIVRO REGISTRO DE ENTRADA. Falta de registro de notas fiscais de entrada no livro fiscal próprio. Infração caracterizada. Correta a aplicação da Multa Isolada prevista no art. 55, inciso I, da Lei nº 6.763/75.

MERCADORIA – SAÍDA DESACOBERTADA - OMISSÃO DE REGISTRO DE ENTRADA - PRESUNÇÃO. Constatada a saída de mercadorias desacobertas de documentação fiscal decorrente da falta de escrituração de notas fiscais no livro Registro de Entradas, apurada por meio de cruzamento de dados de arquivos e notas fiscais emitidas pelos remetentes, circunstância esta que autoriza a presunção da ocorrência de saída das respectivas mercadorias, a teor do disposto no art. 51, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 6.763/75. Canceladas as exigências fiscais relativas às operações vinculadas a materiais de uso e consumo e bens do imobilizado, devoluções de mercadorias, retornos de industrialização, assim como as inerentes aos produtos “Trocadores de Calor” e “Trilhos TR 32”. Corretas as exigências remanescentes do ICMS, da Multa de Revalidação prevista no art. 56, inciso II, da Lei nº 6.763/75 e da Multa Isolada capitulada no art. 55, inciso II e § 2º, inciso I, da Lei nº 6.763/75.

Lançamento parcialmente procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Versa a presente autuação sobre a constatação das seguintes irregularidades, ocorridas no período de janeiro de 2020 a fevereiro de 2024:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1. falta de registro de notas fiscais de entradas no livro fiscal próprio;
2. saídas de mercadorias desacobertadas de documentação fiscal, caracterizadas pela falta de escrituração das respectivas notas fiscais de aquisições, nos termos da presunção legal prevista no art. 51, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 6.763/75.

Com relação à infração nº 01, para as aquisições com Códigos de Situação Tributária (CST) nº 10, 40, 41 e 60¹, Códigos de Situação da Operação no Simples Nacional (CSO) nº 201, 400 e 500 e/ou Códigos Fiscais de Operações (CFOP) nº 5929, 5949, 6910 e 6949, bem como para mercadorias classificadas como alheias à atividade do estabelecimento, foi exigida, exclusivamente, a Multa Isolada estabelecida no art. 55, inciso I, da Lei nº 6.763/75 (10% - dez por cento – do valor da operação).

Para os casos em que o Contribuinte, durante a ação fiscal, comprovou a emissão de notas fiscais de saídas de mercadorias recebidas para industrialização (entradas não escrituradas), o Fisco decidiu pela aplicação da redução prevista no art. 55, inciso I, alínea “b”, da citada lei (5% – cinco por cento – do valor da operação).

Quanto à infração nº 02, as exigências referem-se ao ICMS apurado, calculado mediante a aplicação de margem média de agregação informada pelo Contribuinte (16,17% – dezesseis vírgula dezessete por cento), acrescido das Multas de Revalidação e Isolada estabelecidas nos arts. 56, inciso II, e 55, inciso II, c/c o § 2º, inciso I, da Lei nº 6.763/75, respectivamente.

Não há exigências concomitantes das multas isoladas relativas às infrações nº 01 e 02.

Foi incluído na sujeição passiva, na condição de coobrigado, o sócio-administrador do estabelecimento autuado, Sr. Ildeu Simões de Carvalho, com fulcro no art. 135, inciso III, do Código Tributário Nacional – CTN c/c o art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75.

Da Impugnação

Inconformados, a Autuada e o Coobrigado apresentam, tempestivamente, por meio de procurador regularmente constituído, Impugnações às págs. 333/387 e 535/597.

Da Manifestação Fiscal

A Fiscalização manifesta-se às págs. 744/763 refutando os argumentos dos Impugnantes.

Do Parecer da Assessoria

A Assessoria do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais – CCMG, em Parecer de págs. 764/808, opina, em preliminar, pela rejeição das prefaciais

¹ CST 10: tributada e com cobrança do ICMS por substituição tributária; CST 40/41: operação isenta/não tributada; CST 60: ICMS cobrado anteriormente por substituição tributária. Os códigos CSO (ou CSOSN) referem-se a operações similares à codificação CST, envolvendo, porém, empresas do Simples Nacional.

arguidas e, no mérito, pela procedência parcial do lançamento, para que sejam excluídas as exigências fiscais vinculadas às saídas presumidas como desacobertas de documentação fiscal, referentes às rubricas “Devoluções Identificadas”, “Retorno de Industrialização”, “Material devolvido em 12/02/2022 à CINAPE pela NFE 52948, sem ter sido realizada a industrialização”, “Material devolvido em 15/03/2022 à CINAPE pela NFE 53592, sem ter sido realizada a industrialização” e as inerentes aos produtos “Trocadores de Calor” e “Trilhos TR 32”.

DECISÃO

Os fundamentos expostos no parecer da Assessoria do CCMG foram os mesmos utilizados pela Câmara para sustentar sua decisão e, por essa razão, passam a compor o presente Acórdão, salvo pequenas alterações.

Da Preliminar

Da Arguição de Nulidade do Lançamento – “Encerramento da Ordem de Serviço – Ação Fiscal sem Correspondente Prorrogação do Prazo. Extinção do Auto de Infração”

A Impugnante relata que, após a realização da ação exploratória, o Fisco procedeu com a abertura do Auto de Início de Ação Fiscal – AIAF nº 10.000049228.81 (Ordem de Serviço – OS nº 08.240000701.72), por ela recebido em 26/04/24.

Acrescenta que, com o término do prazo previsto para a referida Ordem de Serviço, o Fisco instaurou um novo AIAF, de nº 10.000050829.91, vinculado à Ordem de Serviço nº 08.240002155.45, abrangendo o período de 01/09/19 a 31/05/24, por ela recebido em 05/08/24, o qual estipulou como prazo final para sua conclusão o dia 30/09/24.

Salienta que o decurso do prazo da Ordem de Serviço e a consequente extinção do AIAF não teriam sido acompanhados de qualquer prorrogação formal do prazo para a conclusão da fiscalização, de modo que o Fisco teria utilizado informações e apurações realizadas no curso do AIAF extinto, sem que a Impugnante tivesse sido intimada acerca da abertura do novo procedimento fiscal, violando, assim, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Ressalta que o art. 70 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos – RPTA (Decreto nº 44.747/08) estabelece que o Auto de Início de Ação Fiscal deverá especificar o período e o objeto da fiscalização, além de ter validade de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos pela Autoridade Fiscal e afirma, nessa linha, que a ausência de prorrogação formal tornaria o procedimento nulo.

Pontua que a jurisprudência reconhece que a validade do procedimento fiscal está vinculada à observância dos prazos regulamentares, ou seja, que a ausência de prorrogação formal do prazo referido tornaria nulo o procedimento fiscal subsequente.

Pondera que não desconhece que o art. 70, § 4º, do RPTA prevê a retomada do prazo para denúncia espontânea após findo o prazo da Ordem de Serviço,

assinalando, porém, que tal dispositivo não encerraria a presente preliminar, uma vez que constaria do próprio Auto de Infração que se tratava de autuação relativa à Ordem de Serviço nº 08.240002155.45, a qual, inclusive, foi anexada ao presente Processo Tributário Administrativo Eletrônico – e-PTA.

Assim, a ser ver, ao vincular o Auto de Infração à Ordem de Serviço nº 08.240002155.45, que já estava expirada, o Fisco, além de supostamente violar o prazo previsto no RPTA, teria violado a norma estabelecida no art. 196 do CTN, oportunidade em que apresenta as seguintes argumentações complementares:

Impugnação

Ao indicar a Ordem de Serviço nº 08.240002155.45 no Auto de Infração, fica evidente que o AIAF ao qual a Ordem correspondia não estaria encerrado e a lavratura do Auto de Infração corresponderia à conclusão daquele Auto de Início de Ação Fiscal. Do contrário, por qual razão não constou a Ordem de Serviço nº 08.240000701.72, relativa ao AIAF nº 10.000049228.81 (1º AIAF), na lavratura do Auto de Infração sendo que os dados obtidos neste AIAF também fundamentaram a autuação?

O procedimento fiscal inicia-se com o Auto de Início de Ação Fiscal que é de grande importância, não apenas para regular a diligência, como para demarcar a data a partir da qual fica excluída a denúncia espontânea da infração. De igual maneira, tem importância a data estipulada para a conclusão do AIAF, uma vez que há de se resguardar o contribuinte para que não se submeta a uma fiscalização eterna e para que se tenha alguma previsibilidade sobre a duração do procedimento fiscal, que demanda organização interna da empresa para acompanhamento.

Assim, o art. 196 do CTN tem natureza processual, portanto, os atos praticados sem a observância da forma esculpida neste dispositivo são nulos. O ato administrativo fiscal é um ato vinculado e deve obedecer aos requisitos legais. Assim, requer-se que seja reconhecida a nulidade do procedimento fiscal em questão, nos termos da legislação aplicável.

Requer, nesses termos, que seja declarada a nulidade do Auto de Infração.

No entanto, **ao contrário das alegações da Impugnante**, inexistente qualquer vício no presente lançamento que possa acarretar a sua nulidade.

Nesse sentido, há que se destacar, inicialmente, que não se deve confundir, sob o ponto de vista formal, a Ordem de Serviço com o Auto de Início de Ação Fiscal.

Como a própria denominação indica, no caso específico de auditorias fiscais, a OS se refere a documento que disciplina a distribuição e o controle das atividades estabelecidas no âmbito das competências das Delegacias Fiscais aos

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

auditores fiscais no exercício do controle fiscal das atividades econômicas sujeitas à tributação do ICMS, cujo objetivo precípua é o controle **interno** e formal das atividades fiscais.

Por outro lado, o AIAF formaliza o início de determinada ação fiscal em relação a um contribuinte específico, produzindo seus efeitos a partir da ciência de tal ação, **inexistindo** no art. 69 do RPTA qualquer menção à OS como documento que tenha o condão de documentar o início da ação fiscal. Confira-se:

RPTA

Art. 69. **Para os efeitos de documentar o início de ação fiscal**, observados os modelos estabelecidos pela Secretaria de Estado de Fazenda, **a autoridade lavrará**, conforme o caso:

- I - **Auto de Início de Ação Fiscal** (AIAF);
 - II - Auto de Apreensão e Depósito (AAD);
 - III - Auto de Retenção de Mercadorias (ARM);
 - IV - Auto de Lacração de Bens e Documentos (ALBD);
 - V - Auto de Infração (AI), nas hipóteses do art. 74.
- (...) (Destacou-se)

No caso dos autos, **a Impugnante reconhece, expressamente**, que foi formalmente cientificada sobre a auditoria a que estaria submetida por meio de 2 (dois) AIAFs, quais sejam: AIAF nº 10.000049228.81 (data da ciência: 26/04/24) e AIAF nº 10.000050829.91 (data da ciência: 05/08/24).

Embora prescindível, cabe esclarecer que a OS questionada pela Impugnante tinha como objeto “*verificações fiscais nos documentos, instalações, equipamentos e mercadorias para apuração do cumprimento das obrigações principal e acessórias*”, com data de **previsão** de encerramento em 30/09/24.

Assim, além de conter uma mera previsão, a OS se referia à ação fiscal propriamente dita, não tendo qualquer relação com prazo para formalização do respectivo Auto de Infração, devendo-se reiterar que a Impugnante foi regularmente cientificada acerca da lavratura do segundo AIAF em 05/08/24, data anterior à mencionada na OS.

Por outro lado, a expiração do prazo de validade do AIAF nº 10.000049228.81 não tem qualquer repercussão sobre o feito fiscal, a teor do disposto no art. 70, § 4º, do RPTA, citado pela própria Impugnante, *in verbis*:

RPTA

Art. 70. O Auto de Início de Ação Fiscal será utilizado para solicitar do sujeito passivo a apresentação de livros, documentos, dados eletrônicos e demais elementos relacionados com a ação fiscal, com indicação do período e do objeto da fiscalização a ser efetuada.

(...)

§ 3º O Auto terá validade por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos pela autoridade fiscal.

§ 4º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior, **é devolvido ao sujeito passivo o direito a denúncia espontânea, o qual, entretanto, não exercido, ensejará a lavratura de AI, independentemente de formalização de novo início de ação fiscal.**

(...)

(Destacou-se)

Portanto, no período compreendido entre o primeiro e o segundo AIAF e a consequente formalização do Auto de Infração, poderia a Impugnante ter exercido o seu direito à denúncia espontânea, porém, como assim não agiu, o presente lançamento está apto a produzir os efeitos que lhes são próprios.

Aliás, de acordo com o Relatório Fiscal Complementar anexado ao Auto de Infração, a Impugnante chegou a manifestar interesse em promover denúncia espontânea, **na fase da atividade exploratória**, na qual foram constatados fortes indícios das irregularidades em análise.

Não há que se falar, portanto, em ofensa ao art. 196 do CTN, pois a Impugnante estava plenamente ciente da auditoria a que estava submetida, que **não se estendeu por prazo indeterminado, como tenta fazer crer**, pois o Auto de Infração é uma mera decorrência das **infrações definitivamente apuradas** no curso da ação fiscal, especialmente no decorrer do segundo AIAF, que foi devidamente formalizado.

Assim, contrariamente à alegação da Impugnante, o Fisco cumpriu fielmente todos os requisitos formais previstos no RPTA.

Nesse sentido, cabe destacar que o processo encontra-se devidamente instruído com os Autos de Início de Ação fiscal e as intimações que os antecederam, além de conter a descrição clara e precisa dos fatos que motivaram a sua formalização, a correta indicação dos dispositivos legais tidos como infringidos, assim como os inerentes às penalidades aplicadas.

A própria defesa apresentada pela Impugnante demonstra sua plena compreensão da natureza das infrações que lhe foram imputadas, inexistindo, portanto, qualquer vício que possa acarretar a nulidade do lançamento ou cerceamento de defesa.

Assim, rejeita-se a prefacial arguida pela Impugnante, uma vez que o presente lançamento preenche todos os requisitos necessários para a sua plena eficácia.

Da Arguição de Nulidade do Lançamento – “Valores de Entrada e Saída não Reconhecidos e sem qualquer Critério Lógico. Ausência de Dever de Fundamentação. Violação ao art. 142 do CTN”

Em apertada síntese, a Impugnante argui a nulidade do Auto de Infração, em função de uma hipotética ofensa ao art. 142 do CTN, argumentando que o Fisco teria presumido, indevidamente, a ocorrência de saídas desacobertadas de documentação fiscal em várias situações fáticas por ela apontadas e questionadas.

Na sua visão, isso apontaria que a lavratura do Auto de Infração não teria ocorrido com o devido rigor técnico, incorrendo em graves equívocos no momento de determinar a matéria tributável, capazes de gerar nulidade ao lançamento, conforme entendimento externado por este E. Conselho nos Acórdãos nº 20.594/14/2ª e 22.477/17/3ª.

Conclui, nesses termos, que o presente lançamento deveria ser declarado nulo de pleno direito ou, subsidiariamente, ser baixado em diligência para que o Fisco pudesse, em atenção ao princípio da verdade material, se debruçar efetivamente sobre os registros contábeis e fiscais da empresa e constatar os reais valores de entrada e saída das mercadorias, inclusive considerando os créditos e débitos deles decorrentes.

No entanto, a arguição suscitada pela Impugnante se confunde com o mérito da presente lide, tanto é que os mesmos argumentos são apresentados nas razões de mérito de sua impugnação, cujos aspectos fáticos serão devidamente abordados e analisados em momento oportuno.

Ressalte-se, porém, que a acusação fiscal se refere a **saídas** de mercadorias **legalmente presumidas como desacobertas de documentação fiscal**, nos termos do art. 51, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 6.763/75.

Como o próprio nome indica, é legal a presunção quando disposta em lei, em ordenamento positivo.

As presunções legais *juris tantum* têm o condão de transferir o dever ou ônus probante da Autoridade Fiscal para o sujeito passivo da relação jurídico-tributária, devendo este, para elidir a respectiva imputação, produzir provas hábeis e irrefutáveis da não ocorrência da infração.

Como ressaltado, a verificação da correta utilização da presunção legal acima, em todas as situações questionadas pela Impugnante, e/ou se teriam sido apresentados documentos hábeis suficientes para descaracterizá-la, no todo ou em parte, se confunde com o mérito da autuação em julgamento.

Destaque-se que as decisões relativas aos Acórdãos nº 20.594/14/2ª e 22.477/17/3ª **não se adequam ao caso dos autos**, conforme informações contidas em suas próprias ementas, visto que os respectivos lançamentos foram declarados nulos em função dos seguintes aspectos formais: i) *“a base de cálculo adotada não teve seus parâmetros demonstrados de forma clara e precisa na autuação, resultando em cerceamento do direito de defesa da Impugnante, o que determina a nulidade do Auto de Infração”*; ii) *“os elementos necessários à validade do ato administrativo não estão presentes de forma clara e precisa na autuação, resultando em cerceamento do direito de defesa do Impugnante, o que determina a nulidade do Auto de Infração”*.

No caso do presente processo, o crédito tributário encontra-se claramente demonstrado nas abas da planilha denominada “Omissões SPED – DCT”.

Por outro lado, como afirmado, no presente lançamento foram observados todos os requisitos formais estabelecidos no art. 89 do RPTA, especialmente, a descrição clara e precisa dos fatos que motivaram a sua formalização, a correta

indicação dos dispositivos legais tidos como infringidos, assim como os inerentes às penalidades aplicadas.

Rejeita-se, portanto, a prefacial arguida pela Impugnante.

Da Arguição de Nulidade do Lançamento – “Impossibilidade de Desconsideração das Declarações Retificadoras de Maio de 2023”

A Impugnante relata que, em 30/06/23, teria enviado comunicação ao Fisco informando a transmissão de retificação de suas obrigações acessórias, realizada em maio de 2023, com a inclusão de notas fiscais que haviam sido identificadas no procedimento de ação fiscal exploratória e que são indicadas no Auto de Infração.

Acrescenta que, no relatório fiscal da autuação, o próprio Fisco teria reconhecido o envio das declarações retificadoras, porém, os arquivos aparentavam não terem sido aceitos e considerados na apuração do débito, sem a devida apreciação e fundamentação para sua rejeição.

Expõe que não teria sido esclarecido o motivo pelo qual teria havido a desconsideração das retificações de 15 e 31/05/23, tendo o Fisco supostamente se limitado a afirmar que somente teria aceitado as retificadoras até a data de recebimento do Termo de Intimação nº 010523, ocorrido em 05/05/23, conforme Relatório Fiscal.

Ressalta que durante o período de ocorrência da ação fiscal exploratória, o Contribuinte não estaria sob procedimento fiscalizatório, de modo que, em todo o mês de maio de 2023, sequer haveria cabimento de se discutir o descumprimento de exigência fiscal, complementando que o primeiro AIAF teria sido por ela recebido em 05/08/24 e teria seu prazo expirado.

A seu ver, caso a auditoria, nos idos de maio de 2023, entendesse pela abertura de AIAF, deveria tê-lo feito em procedimento fiscalizatório específico. Ainda, caso a auditoria tivesse fundamentos para rejeitar as declarações transmitidas, deveria ter aberto procedimento administrativo específico e intimado o Contribuinte sobre os fundamentos adotados.

Veja-se que o Contribuinte foi intimado do mencionado Termo de Intimação nº 010523 (que foi anexado ao Auto de Infração) em 05/05/23 e que constava expressamente que não se tratava de AIAF.

Narra que, posteriormente, por reiteradas vezes, teria manifestado ao Fisco que não recebia informações sobre o processamento ou não de suas obrigações acessórias, que não concordava com a desconsideração das obrigações acessórias transmitidas em maio de 2023 e, em alguns casos, que teria sido orientada a transmitir novamente as obrigações acessórias que já haviam sido indicadas como incompletas, conforme ficaria atestado na comunicação por *e-mail* que foi anexada ao Auto de Infração e no *e-mail* anexo (doc. 04).

Assim, segundo a Impugnante, diante do impasse entre a não apreciação das obrigações acessórias transmitidas em maio de 2023, não teria procedido a qualquer pagamento dos valores que já entendia como indevidos.

Salienta que, a teor do disposto no art. 70, § 4º, do RPTA (vencimento do prazo do primeiro AIAF), a impossibilidade de retificações de declarações somente poderia ser aplicada no caso concreto se a transmissão tivesse ocorrido após a ciência do Contribuinte sobre o Auto de Infração, o que teria se dado somente em 22/11/24, enquanto as retificações teriam sido transmitidas a tempo e modo, em maio de 2023.

Tece outros comentários sobre o assunto e afirma que, dessa forma, a rejeição das retificações enviadas em maio de 2023, sem apreciação ou fundamentação, afrontaria os princípios da legalidade, do contraditório e da ampla defesa, configurando irregularidade insanável.

Finaliza argumentando que teria cumprido os prazos legais e adotado conduta proativa para corrigir suas obrigações fiscais, não podendo ser penalizada pela inércia ou arbitrariedade da Administração Pública, sendo imprescindível a revisão do procedimento fiscalizatório, com a inclusão das retificadoras desconsideradas, a fim de preservar a legalidade no julgamento administrativo.

Contudo, em que pesem os seus extensos argumentos, **verifica-se não assistir razão à Impugnante, pois não houve desconsideração dos arquivos SPED transmitidos em maio de 2023** e até mesmo de arquivos transmitidos em meses posteriores, inclusive do exercício de 2024, conforme dados extraídos do Anexo 12 do Auto de Infração, denominado Relação de Arquivos SPED Fiscal.

Não há que se falar, portanto, em afronta aos princípios da legalidade, do contraditório e da ampla defesa, que configuraria irregularidade insanável, pois, como visto, todos os arquivos retificadores da escrituração fiscal da Impugnante foram processados pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG e considerados pelo Fisco no momento da autuação.

Rejeita-se, portanto, a arguição da Impugnante.

Do Mérito

Conforme relatado, versa a presente autuação sobre a constatação das seguintes irregularidades, ocorridas no período de janeiro de 2020 a fevereiro de 2024:

1. falta de registro de notas fiscais de entradas no livro fiscal próprio;
2. saídas de mercadorias desacobertas de documentação fiscal, caracterizadas pela falta de escrituração das respectivas notas fiscais de aquisições, nos termos da presunção legal prevista no art. 51, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 6.763/75.

Com relação à infração nº 01, para as aquisições com CST nº 10, 40, 41 e 60, CSON nº 201, 400 e 500 e/ou CFOP nº 5929, 5949, 6910 e 6949, bem como para mercadorias classificadas como alheias à atividade do estabelecimento, foi exigida, exclusivamente, a Multa Isolada estabelecida no art. 55, inciso I, da Lei nº 6.763/75 (10% - dez por cento – do valor da operação).

Para os casos em que o Contribuinte, durante a ação fiscal, comprovou a emissão de notas fiscais de saídas de mercadorias recebidas para industrialização

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(entradas não escrituradas), o Fisco decidiu pela aplicação da redução prevista no art. 55, inciso I, alínea “b”, da citada lei (5% – cinco por cento – do valor da operação).

Quanto à infração nº 02, as exigências referem-se ao ICMS apurado, calculado mediante a aplicação de margem média de agregação informada pelo Contribuinte (16,17% – dezesseis vírgula dezessete por cento), acrescido das Multas de Revalidação e Isolada estabelecidas nos arts. 56, inciso II, e 55, inciso II, c/c o § 2º, inciso I, da Lei nº 6.763/75, respectivamente.

Não há exigências concomitantes das multas isoladas relativas às infrações nº 01 e 02.

Foi incluído na sujeição passiva, na condição de coobrigado, o sócio-administrador do estabelecimento autuado, Sr. Ildeu Simões de Carvalho, com fulcro no art. 135, inciso III, do CTN c/c o art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75.

Reitere-se que o feito fiscal, no que diz respeito às saídas desacobertadas, está fundamentado na presunção legal prevista no art. 51, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 6.763/75, segundo o qual se presume a entrada e saída do estabelecimento da mercadoria não declarada pelo contribuinte, cuja operação de aquisição tenha sido informada ao Fisco pelo contribuinte remetente ou pelo transportador.

Lei nº 6.763/75

Art. 51. O valor das operações ou das prestações poderá ser arbitrado pela autoridade fiscal, na forma que o regulamento estabelecer e sem prejuízo das penalidades cabíveis, quando:

(...)

Parágrafo único. Presume-se:

I - entrada e saída do estabelecimento a mercadoria não declarada pelo contribuinte, cuja operação de aquisição tenha sido informada ao Fisco pelo contribuinte remetente ou pelo transportador;

(...)

Como o próprio nome indica, é legal a presunção quando disposta em lei, em ordenamento positivo.

As presunções legais *juris tantum* têm o condão de transferir o dever ou ônus probante da Autoridade Fiscal para o sujeito passivo da relação jurídico-tributária, devendo esse, para elidir a respectiva imputação, produzir provas hábeis e irrefutáveis da não ocorrência da infração.

Inexistindo apresentação de documentação hábil que possa elidir o feito fiscal, no todo ou em parte, a irregularidade é considerada como provada, nos termos do art. 136 do RPTA.

RPTA

Art. 136. Quando nos autos estiver comprovado procedimento do contribuinte que induza à conclusão de que houve saída de mercadoria ou

prestação de serviço desacompanhada de documento fiscal, e o contrário não resultar do conjunto das provas, será essa irregularidade considerada como provada.

Contrapondo-se ao feito fiscal, a Impugnante apresenta os argumentos abaixo, que serão analisados na ordem em que relatados.

Alegações quanto à “Inocorrência do Fato Gerador do ICMS. Presunção Relativa de Saída sem Nota Fiscal. Prova Concreta de Impossibilidade da Imputação”

A Impugnante narra que o Auto de Infração se sustentaria sob a presunção de que teria existido saída de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal. Ocorre que, como sabido, presunções em matéria tributária apenas são admitidas nas hipóteses extremamente restritas previstas em lei e, ainda assim, sujeitas a serem afastadas quando houver demonstração em contrário, devendo ser sempre respeitados os limites constitucionais.

Expõe que a existência de itens supostamente não lançados na escrita fiscal da empresa decorreria de uma análise parcial e limitada pela Fiscalização para a imputação realizada. Nesse ponto, reitera que os documentos fiscais que ensejaram o lançamento das multas do Auto de Infração constariam das obrigações acessórias transmitidas pela empresa ainda em maio de 2023.

Afirma que as presunções de saídas desacompanhadas não corresponderiam à realidade dos fatos, pois as notas fiscais indicadas no Auto de Infração se refeririam a mercadorias cotidianas da empresa, como itens de uso e consumo e, em alguns casos, a devoluções de produtos. Dentre os lançamentos, constaria, por exemplo, tinta para pintura da sede da empresa, material para reforma do galpão da sociedade e instrumentos de trabalho, alimentação, ou seja, tratar-se-ia de itens alheios à atividade operacional da empresa, que seriam consumidos nas atividades administrativas, mas não comporiam o processo produtivo ou seriam objeto de revenda, de modo que a ausência de escrituração não ocasionaria prejuízo e não deveria ocasionar imputação de tamanha gravidade.

No seu entender, diante das evidências e provas concretas apresentadas acima, o fato presumido (saída desacompanhada de nota fiscal) deixaria de ser minimamente razoável e passaria a ser absolutamente inverossímil e inaceitável, motivo pelo qual o lançamento deveria ser afastado.

Ressalta que caberia a este E. Conselho, como órgão competente ao controle de legalidade dos atos de lançamento, perquirir a realidade fática capaz de afastar a presunção relativa (equivocadamente feita pela Autoridade Fiscal, no seu entendimento), corrigir e afastar ilegalidades que sustentam o Auto de Infração.

Informa que, caso este E. Conselho de Contribuintes entenda necessária a análise minuciosa dos registros contábeis da empresa, **os coloca à disposição do Fisco em eventual baixa de diligência**, uma vez que os arquivos digitais não teriam sido anexados aos autos em razão de seu formato.

Requer que o lançamento impugnado seja afastado e que o Auto de Infração seja julgado integralmente improcedente, uma vez que estaria fundado em presunção relativa integralmente afastada pelas provas concretas apresentadas nos autos.

Reafirma que, caso se entenda pela necessidade de dilação probatória complementar, os autos deveriam ser baixados em diligência para que, homenageando-se o princípio da verdade material, a Fiscalização pudesse efetivamente alcançar a verdade dos fatos que comprovariam a inocorrência de saída desacobertada de documentos fiscal.

Finaliza salientando que passaria a expor exemplos de itens que, em razão de sua classificação, deveriam ser excluídos da apuração fiscal do tributo e que, somente caso fique confirmada a não escrituração fiscal na obrigação acessória, se poderia falar em multa por falta de escrituração.

Em que pesem os **argumentos** da Impugnante terem sido **meramente introdutórios**, necessárias se mostram algumas observações.

Nesse sentido, há que se destacar, inicialmente, que **a questão relativa aos arquivos transmitidos pela empresa ainda em maio de 2023 já foi analisada no tópico relativo às preliminares**, onde restou demonstrado que todos esses arquivos foram processados pela SEF/MG e utilizados pelo Fisco para fins de verificação das notas fiscais de entradas que não foram lançadas em sua escrita fiscal (notas fiscais informadas pelos fornecedores da Autuada).

Reitere-se que **a exigência fiscal se restringiu à Multa Isolada capitulada no art. 55, inciso I, da Lei nº 6.763/75**, em relação às entradas para as quais as notas emitidas pelos fornecedores da Autuada se referiam aos CST's 10, 40, 41 e 60, CSON's 201, 400 e 500 e/ou CFOP's nº 5929, 5949, 6910 e 6949, dentre outras situações constatadas pelo Fisco na fase preparatória de formalização do Auto de Infração, conforme excertos abaixo, extraídos do Relatório Fiscal Complementar, *in verbis*:

Relatório Fiscal Complementar

Em 24 de junho de 2024, o contribuinte atendeu ao TI 010624, passando este fisco para sua análise, tendo sido consideradas todas as respostas e anexos relacionados ao trabalho em análise, sendo:

1 – “Planilha Correlação NF-e Omissão de Terceiros x EFD ICMS IPI”: Para as mercadorias das notas fiscais comprovadamente retornadas, ou seja, com sua devida indicação na nota fiscal de retorno, conforme anexo ‘notas fiscais de saída’, **foi aplicada a multa isolada apenas pela falta de registro**, uma vez comprovada a saída da mercadoria acobertada de documento fiscal;

Com referência às **NFe emitidas pela empresa Douglas dos Santos Aguiar**, apesar de não comprovado o retorno das mercadorias referente às mesmas, **foi considerada apenas a multa pela falta de registro, devido à indicação do código 41 como CST**;

2 - “Planilha Demonstração MVA, em excel”: Foi considerada a média de Valor Agregado (MVA) apresentada pelo contribuinte para todo o período autuado;

3 - **“Comprovação da “locação” alegada no arquivo “Draft Geral”: Para a NFe 7097 foi aplicada apenas a multa pela sua falta de registro;**

4 - Comprovação da inexistência da operação referente à Nfe 000000358, da MINAS STEEL COMPANY EM ACO E FERRO EIRELI:

a nota fiscal 000358 foi desconsiderada no levantamento, tendo em vista o seu posterior cancelamento pelo emitente;

5 - Manifestação quanto às omissões apuradas no período de 2023:

a - Acatando as justificativas do contribuinte, foi considerada apenas a falta de registro das notas emitidas por Bemá Tintas, Granvilla Comercial de Portas e Janelas (CST 60), C e H Calhas e Rufos, 1000 Max Produtos de Limpeza e Comercial Xodozinho;

b - com relação à **NFe 1283046, de José Francisco Pinto e Ramos**, embora o contribuinte afirmou desconhecimento, não foi encontrado nenhum evento relacionado a ela, assim sendo, e por estar classificada no CST 41, **foi aplicada a multa pela falta de registro.**

Por fim, tendo em vista o vencimento do AIAF emitido anteriormente, e mediante a constatação de novas omissões de registro, no período de janeiro a maio de 2024, foi emitido novo AIAF, em substituição ao anterior, onde intimou-se o contribuinte a justificar as omissões apuradas em 2024, além de um informativo de MVA por período, considerando todas as operações da empresa.

(...)

Após análise de todas as justificativas e alegações trazidas pelo contribuinte, procedeu-se à lavratura do presente Auto de Infração para cobrança do ICMS e multa devidos, referentes ao período de janeiro de 2020 a fevereiro de 2024. Desta forma, **após excluir as notas fiscais com comprovação de registro ou canceladas**, passou este fisco a separar as entradas de mercadorias codificadas nos CST 10, 40, 41 e 60 ou CSON 201, 400 e 500, nos CFOP 5929, 5949, 6910 e 6949 e, ainda, as entradas de mercadorias alheias à atividade do contribuinte. Para estas operações de entrada foi aplicada a multa pela Falta de Registro

no SPED fiscal, no montante de 10% do valor da operação, uma vez não haver casos de registro contábil comprovado. Para as entradas não registradas, em que o contribuinte comprovou a saída acobertada de documento fiscal, aplicou-se a multa de 5%, nos termos do artigo 55, I, b, da Lei 6.763/75. Para as demais entradas não registradas no SPED fiscal, foi aplicada a presunção de Saída Desacobertada de Documento Fiscal, prevista no art. 51, parágrafo único, inciso I, da Lei 6.763/75.

(...)

(Destacou-se e grifou-se)

Assim, para os itens “tinta para pintura da sede da empresa”, “material para reforma do galpão da sociedade”, “instrumentos de trabalho” e “alimentação”, citados pela Impugnante como alheios à sua atividade, **inexiste acusação fiscal de saídas desacobertadas**, pois a exigência fiscal se restringiu à penalidade supracitada, por falta de registro dessas entradas na escrita fiscal da empresa, conforme coluna “Classificação segundo CINAPE”, com os textos “Locação”, “Material para pequena reforma no estabelecimento”, “Material de Limpeza”, “Refeição para Funcionários”, dentre outros, da planilha “Omissão SPED – DCT”.

Inexiste, também, acusação de saídas desacobertadas para os itens classificados como “Uso e Consumo – ST”, ou seja, a exigência fiscal também se restringe à multa isolada por falta de registro dos respectivos documentos fiscais.

Para os itens classificados na coluna “Classificação segundo CINAPE” como “Uso e Consumo / Ativo Imobilizado”, para alguns itens/notas fiscais a exigência também se restringiu à multa isolada por falta de escrituração; **para a outra parte, dependendo dos CST’s/CFOP’s das operações, as exigências estão atreladas à acusação de saídas desacobertadas de documentação fiscal** (ICMS, Multa de Revalidação e Multa Isolada), acusação que será analisada nas linhas que se seguem.

Feitas essas observações, passa-se à análise dos tópicos específicos da Impugnação e das alegadas provas contrárias ao feito fiscal mencionadas pela Impugnante.

Alegações quanto a Notas Fiscais não Reconhecidas – “Existência de Ação Judicial em Face dos Emitentes”

A Impugnante relata que a autuação fiscal teria considerado como fundamento notas fiscais emitidas por terceiros (empresas “KL Vitória – Comercial de Ferragens e Ferramentas Ltda” e “Kronos Indústria de Abrasivos Ltda”), as quais não seriam por ela reconhecidas como decorrentes de operações efetivamente realizadas, isto é, tais notas fiscais não refletiriam transações comerciais concretizadas pela CINAPE.

Narra que, tão logo a empresa foi cientificada sobre a existência dessas notas fiscais, teria adotado todas as medidas cabíveis para solucionar a questão, salientando que, em junho de 2023, teriam sido enviadas notificações extrajudiciais, via

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Correios, aos emitentes das notas fiscais, solicitando esclarecimentos e a retificação de seus registros contábeis, porém, as notificações não teriam sido respondidas.

Acentua que, diante da ausência de resposta, a CINAFE teria ajuizado ações judiciais de exibição de documentos contra os emitentes das notas fiscais, visando obter informações detalhadas que pudessem esclarecer a origem e a validade das operações declaradas (doc. 05).

Pontua que as ações judiciais corroborariam a diligência e a boa-fé da CINAFE em esclarecer os fatos e demonstrariam que tais notas fiscais não poderiam ser consideradas válidas para exigência tributária, uma vez que a responsabilidade por eventual erro ou má-fé na emissão recairia exclusivamente sobre os emitentes.

Acrescenta, nessa linha, que seria evidente que a empresa não possui controle sobre a documentação contábil de terceiros. A responsabilização da CINAFE por operações que não reconhece, sem qualquer elemento que comprove a realização das transações, violaria os princípios da legalidade e da razoabilidade, destacando que é essencial observar que a empresa não teria motivos para omitir operações reais, pois tais registros, quando legítimos, resultariam em créditos e não em débitos, o que reforçaria a ausência de vantagem indevida.

Afirma que não se poderia exigir, de sua parte, a produção de prova negativa para demonstrar a inexistência das operações. O ônus de comprovar a efetividade das transações recairia sobre os emitentes das notas fiscais ou sobre o próprio Fisco, que dispõe de meios de investigação e acesso aos registros contábeis das empresas emissoras. Nesse sentido, a exclusão das referidas notas fiscais da apuração fiscal seria medida que se impõe, seja pela ausência de materialidade das operações, seja pela inexistência de qualquer prova que pudesse atribuir à CINAFE a responsabilidade pelas transações.

Assinala que no próprio Relatório Fiscal, o Fisco teria reconhecido que uma das empresas que havia emitido notas fiscais em seu nome o teria feito sem que houvesse operação real correspondente, qual seja, a empresa Minas Steel Company em Aço e Ferro EIRELI. A referida empresa teria sido devidamente notificada judicialmente e teria reconhecido a improcedência da nota fiscal, cancelando a documentação fiscal.

Requer, nesses termos, que sejam canceladas as exigências relativas às notas fiscais emitidas pelas empresas “KL Vitória – Comercial de Ferragens e Ferramentas Ltda” e “Kronos Indústria de Abrasivos Ltda”, reconhecendo-se a nulidade dos lançamentos tributários fundamentados em tais documentos, ou, subsidiariamente, que a Fiscalização proceda à notificação dos emitentes para que comprovem a ocorrência das operações e apresentem os documentos pertinentes, garantindo à Impugnante o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

No entanto, **os argumentos apresentados pela Impugnante são insuficientes** para descaracterizar a infração que lhe foi imputada.

De plano, cabe destacar que **a Impugnante não trouxe aos autos qualquer resultado concreto** quanto às “ações judiciais de Exibição de Documentos” por ela mencionadas.

Por outro lado, a alegação da Impugnante de que “*não tem motivos para omitir operações reais, pois tais registros, quando legítimos, resultariam em créditos e não em débitos, o que reforça a ausência de vantagem indevida*” **não se coaduna com a realidade dos fatos.**

Ressalte-se, nesse sentido, que durante um longo tempo a Impugnante sequer cumpria sua obrigação de entrega/transmissão, na forma regulamentar, dos arquivos relativos à sua escrita fiscal, além de ter cometido outras irregularidades, conforme o extenso e detalhado Relatório Fiscal Complementar anexado ao Auto de Infração, bem como na Manifestação Fiscal. Confira-se:

Relatório Fiscal Complementar

c) PERÍODO FISCALIZADO: janeiro de 2020 a maio de 2024

(...)

f) TRABALHO EXECUTADO:

Foi realizado o Cruzamento de Notas Fiscais Eletrônicas de terceiros com o SPED Fiscal do contribuinte.

A princípio, **tendo vistas a inexistência de dados no SPED fiscal do autuado e, em se tratando de um devedor contumaz**, optou-se por bloquear a emissão das notas fiscais do contribuinte, uma vez que esse já não havia respondido ao e-mail, enviado em **janeiro de 2023**, solicitando providências quanto às omissões detectadas no Sistema da SEF (controle corrente fiscal).

Após o bloqueio das notas fiscais do contribuinte, o Dr. Júlio Coêlho respondeu ao e-mail de controle corrente, se apresentando como advogado e representante da empresa ora autuada. Alegou incabível a denegação da emissão das notas fiscais da empresa, afirmando entender que, conforme jurisprudência pacificada, “*nenhuma das situações relacionadas pode servir para se negar a continuidade da operação da empresa mediante a restrição da sua emissão de notas fiscais. Tal ato configura meio coercitivo de cobrança, o que vedado legalmente. Se o fisco entende haver irregularidade, cabe a ele cobrar e autuar, mas não impedir administrativamente que a empresa continue sua atividade.*”

“*Neste sentido, inclusive, a própria CINAPE, litigando com este mesmo fisco, já obteve decisão judicial, transitada em julgado, que impede o fisco de restringir sua emissão de notas fiscais pela existência de débitos ou descumprimento de qualquer obrigação acessória.*”. Anexou em sua resposta uma decisão favorável e uma certidão de trânsito em julgado referente ao Mandado

de Segurança cível, nº 5000343-69.2016.8.13.0079, da 2ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem. O referido Mandado de Segurança foi para a reativação da inscrição da ora autuada, conforme abaixo:

(...)

Em resposta, **este fisco, juntamente com seu coordenador fiscal, reuniu-se com o contribuinte, apresentando-lhe toda a situação em que se encontrava a empresa**, esclarecendo que o bloqueio da emissão de notas fiscais foi pela situação de descumprimento de obrigações acessórias, situação essa não abordada na decisão do Mandado de Segurança. Assim sendo, **o contribuinte assumiu o compromisso de regularização de sua escrita fiscal** ficando essa fiscalização com o compromisso de liberar a emissão de notas fiscais, mediante o envio da apuração semanal de suas entradas e saídas, **até a conclusão de transmissão dos arquivos EFD**. Foi emitido o Termo de intimação 010223, para a devida transmissão dos arquivos fiscais, no prazo inicial de 15 dias, com observância das orientações constantes do Guia Prático EFD-ICMS/IPI e das determinações do RICMS/02, Anexo VII, Artigos 50 a 58. A pedido do contribuinte, esse prazo foi alterado para 13 de março de 2023.

Após a formalização do término de transmissão dos arquivos, pelo contribuinte, em 10 de março de 2023, procedeu-se à sua verificação, com a constatação de várias inconsistências. Assim sendo, em 14 de abril de 2023, foi emitido o Termo de Intimação 010423, para a retificação dos arquivos EFD, no prazo de 10 dias, postergado, a pedido da autuada, para 05 de maio de 2023.

De forma a não atrasar, ainda mais o andamento dos trabalhos fiscais, procedeu este fisco para a ação fiscal exploratória na escrita fiscal trazida pelo contribuinte e ao cruzamento dos documentos trazidos a registro com as Notas fiscais de terceiros, tendo verificado que, além das inconsistências já verificadas, ainda prevalecia a falta de registro de documentos fiscais recebidos de terceiros, mesmo depois da oportunidade dada ao contribuinte de reaver sua escrita fiscal.

Em 04 de maio de 2023, o contribuinte, intimado através do TI 010523 e Comunicado dos indícios de irregularidades verificados na Ação Fiscal Exploratória, questionou sobre a possibilidade de *“unificar os prazos de todas as intimações, incluindo o da anteriormente recebida, de nº 010423, evitando-se a transmissão de*

novos documentos amanhã que a fiscalização já nos aponta como incorretos.”.

Em resposta ao questionamento do contribuinte, este fisco prestou os seguintes esclarecimentos:

(...)

Em 05 de maio de 2023, a ora autuada oficializou a conclusão das retificações solicitadas, através do Termo de Intimação 010423, **porém só apresentou novos arquivos, no SPED Fiscal, nos dias 15 e 31 de maio de 2023.**

Em 30 de junho de 2023, o contribuinte respondeu ao TI 010523 e ao Comunicado de Ação Fiscal Exploratória, sem reconhecimento das omissões, uma vez que procedeu ao registro dos documentos, após o recebimento do Termo de Intimação 010523 e sem apresentação do Termo de Auto Denúncia e o recolhimento do ICMS devido. Diante dos fatos, este fisco o alertou de que já havia dado prazo suficiente para o registro de todas as operações da empresa e regularização dos arquivos, através dos TI 010223 e 010423, sendo este último apenas para retificação dos arquivos já retransmitidos.

Cabe ressaltar que, com a retransmissão dos arquivos, antes entregues em branco, o contribuinte teve que substituir todas as suas DAPI, levando à reformulação dos créditos já em dívida ativa. Foi considerado o dia 05 de maio de 2023 como prazo final para retransmissão dos arquivos e substituição das DAPI para o devido processamento e, a partir daí a reformulação dos PTA. Foram acatados todos os arquivos e DAPI retransmitidos antes do recebimento do TI 010523, uma vez dada a oportunidade ao contribuinte em apresentar sua escrita fiscal, antes inexistente, ou pela transmissão dos arquivos em branco ou pela falta de sua transmissão (vide anexo “Contagem Tipo de Registros”).

Em 23 de outubro de 2023, após várias reuniões com o contribuinte, e após reforçar da obrigatoriedade de proceder, primeiramente, ao pagamento do ICMS devido pela omissão de registro das notas fiscais relacionadas no TI 010523, antes do registro e aproveitamento do crédito respectivo, esse demonstrou o interesse em oficializar Termo de Auto Denúncia, porém foi informado de que não conseguiria parcelar o eventual crédito tributário resultante da Denúncia Espontânea em separado daqueles em dívida ativa, cujo parcelamento, segundo o contribuinte, estaria em negociação com a Procuradoria. Assim sendo, e de

forma a demonstrar sua intenção em formalizar a denúncia espontânea, o contribuinte apresentou, entre outros anexos, um arquivo, a que chamou 'Draft Geral CINAPE 23.10.2023' (vide anexo 4), sob a alegação de que estaria dependendo da liberação do parcelamento dos processos na Procuradoria, para a efetivação do protocolo do Termo de Auto Denúncia, uma vez impossibilitado de parcelar o eventual crédito denunciado em separado dos demais processos.

“permanecemos no aguardo do retorno da AGE para que possamos fazer a Auto Denúncia dos débitos que a empresa entende devidos, assim como o lançamento extemporâneo dos créditos reconhecidos, conforme já alinhamos.”

Em novembro de 2023, considerando os arquivos apresentados e as DAPI emitidas pelo contribuinte, foram revistos todos os PTA da autuada com a exclusão parcial do crédito tributário em dívida ativa, conforme MF em anexo.

Em 31 de janeiro de 2024, retomando suas atividades, após férias e licença saúde, notou este fisco que o contribuinte permanecia na mesma situação apresentada em novembro de 2023, ou seja, com todos os PTA ainda em aberto e, com isso, sem protocolo do Termo de Auto denúncia. Assim sendo, e diante da decadência dos períodos analisados, foi enviado ao contribuinte um e-mail, no qual este fisco, entre outros assuntos, afirmou entender a situação da empresa junto à procuradoria, não podendo, porém, paralisar suas atividades em função de terceiros. *“Assim sendo, solicito que a empresa se manifeste o mais rápido possível, de forma a evitar sua programação para uma Ação Fiscal propriamente dita.”*

Em 16 de fevereiro de 2024, o contribuinte, na pessoa do Dr. Júlio, respondeu ao e-mail enviado por este fisco, no qual afirmou:

“Acredito, ainda que dependamos da SEFAZ, que tudo isso deve se concluir em no máximo mais 30 dias, por meio da efetivação das opções de parcelamento disponibilizadas pela AGE.

Peço, então - espero que de forma derradeira -, a compreensão de vocês, vista a iminência de conclusão de todo este trabalho.

Logo que viabilizado e concluído o processo de parcelamento a empresa poderá fazer a autodenúncia, conforme draft já enviado e toda a documentação preparada.”

(...)

Por fim, tendo em vista o vencimento do AIAF emitido anteriormente, e mediante a constatação de novas omissões de registro, no período de janeiro a maio de 2024, foi emitido novo AIAF, em substituição ao anterior, onde intimou-se o contribuinte a justificar as omissões apuradas em 2024, além de um informativo de MVA por período, considerando todas as operações da empresa.

Cabe ressaltar que o contribuinte pediu prazo de 30 dias para apresentação da MVA, não apresentando no prazo determinado, o que levou este fisco a considerar a planilha enviada anteriormente, conforme anexo 7 'Anexo Resp. TI 010624 - MVA', aplicando a mesma MVA para todo o período autuado.

Após análise de todas as justificativas e alegações trazidas pelo contribuinte, **procedeu-se à lavratura do presente Auto de Infração para cobrança do ICMS e multa devidos, referentes ao período de janeiro de 2020 a fevereiro de 2024.**

(...) (Grifou-se e destacou-se)

Manifestação Fiscal

PRELIMINAR 2:

o Coobrigado alega a nulidade do lançamento pelo suposto descumprimento, deste fisco, à Ordem de Serviço anexada nos autos, em especial a verificação das mercadorias em estoque para apuração do cumprimento de suas obrigações, comprometendo o direito à defesa da Impugnante na busca da verdade material. Cabe esclarecer que as Ordens de Serviço emitidas pelo Sistema da SEF abordam todas as atividades que podem ser exercidas pelo fisco para apuração do cumprimento das obrigações principais e acessórias. O que demonstra o objeto da auditoria fiscal é o Auto de início de Ação Fiscal (AIAF). Cabe esclarecer que, no decorrer dos trabalhos, **foram emitidos contra a autuada mais dois PTA, ou sejam, o de número 01.004013976-78, com relação à integridade EFD, e o de número 01.003875464-38, com relação ao aproveitamento de crédito de notas fiscais falsas**, em que o sócio impugnante também consta no polo passivo.

No caso em análise, este fisco buscou verificar o cumprimento das obrigações da autuada através do cruzamento das notas fiscais de terceiros com os arquivos entregues por essa. Assim sendo, uma vez verificada a omissão do registro das notas fiscais de

entrada da impugnante, e diante da ausência de prova em contrário, aplicou-se a presunção de saídas desacobertadas de nota fiscal, nos termos do artigo 51 da Lei 6763 de 1975, que assim determina:

(...)

DO MÉRITO

Com relação ao mérito, também não cabe razão as alegações da impugnante.

Conforme já mencionado nos autos, **tratava-se a autuada de contribuinte devedor contumaz, com anos de omissão de suas obrigações principais e acessórias**. Somente após o bloqueio das notas fiscais da autuada, foi possível dar início aos trabalhos junto ao estabelecimento. **Diante da ausência de arquivos EFD**, foi dada à autuada a oportunidade de regularizar toda a sua escrita fiscal com prorrogação do prazo por várias vezes. O registro das notas fiscais de entradas e saídas, no SPED Fiscal repercutiu nas DAPI da autuada e, ainda nos créditos tributários em dívida ativa, tendo este fisco que analisar DAPI a DAPI, pra liberação do processamento, e, posteriormente alterar o crédito tributário já em dívida ativa.

(...)

Conforme demonstrado no Anexo 8, a autuada deixou de registrar, na sua escrita fiscal, as aquisições de mercadorias, no período fiscalizado. Após análise de todas as justificativas e alegações trazidas por ela, e diante da ausência de Denúncia espontânea, foram excluídas as notas fiscais com comprovação de registro ou canceladas, e separadas as entradas de mercadorias codificadas nos CST 10, 40, 41 e 60 ou CSON 201, 400 e 500, nos CFOP 5929, 5949, 6910 e 6949 e, ainda, as entradas de mercadorias alheias à atividade do contribuinte. Para estas operações de entrada foi aplicada a multa pela Falta de Registro no SPED fiscal, no montante de 10% do valor da operação, uma vez não haver casos de registro contábil comprovado. Para as entradas não registradas, em que o contribuinte comprovou a saída acobertada de documento fiscal, aplicou-se a multa de 5%, nos termos do artigo 55, I, b, da Lei 6,763/75. Para as demais entradas não registradas no SPED fiscal, foi aplicada a presunção de Saída Desacobertada de Documento Fiscal, prevista no art. 51, parágrafo único, inciso I, da Lei 6,763/75.

(...)

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cabe ressaltar que, **além da infração em comento, tiveram outras duas infrações já comentadas anteriormente, autuadas pelos PTA de número 01.004013976-78 (integridade EFD), e de número 01.003875464-38 (aproveitamento de crédito de notas fiscais falsas), (...)**

(...) (Destacou-se)

Quanto à alegação da Impugnante de que o Fisco teria reconhecido que uma das empresas que havia emitido notas fiscais em seu nome o teria feito sem que houvesse operação real correspondente (empresa Minas Steel Company em Aço e Ferro EIRELI), o Fisco informou que a Nota Fiscal Eletrônica nº 358 (uma única nota fiscal), emitida pela referida empresa, foi “*desconsiderada no levantamento, tendo em vista o seu posterior cancelamento pelo emitente*” (destacou-se), **o que não ocorreu com as notas fiscais emitidas pelas empresas “KL Vitória – Comercial de Ferragens e Ferramentas Ltda” e “Kronos Indústria de Abrasivos Ltda”.**

De acordo com a planilha acostada aos autos pelo Fisco, intitulada “Omissões SPED – DCT”, tais empresas emitiram 30 (trinta) notas fiscais em datas e meses distintos, especialmente no decorrer do exercício de 2020, no valor total superior a R\$ 500.000,00, **não sendo crível** que a Autuada tenha verificado a inocorrência de tais operações **somente anos depois, quando já se encontrava submetida a processo de auditoria fiscal.**

Esclareça-se que, com relação às Notas Fiscais nº 9368, 9872 e 10384, emitidas pela empresa “KL Vitória – Comercial de Ferragens e Ferramentas Ltda”, a exigência fiscal se restringiu à Multa Isolada capitulada no art. 55, inciso I, da Lei nº 6.763/75, por falta de escrituração dos mencionados documentos fiscais, por se tratar do CFOP 6910, que se refere a “Remessa em bonificação, doação ou brinde”.

Sob o enfoque estritamente legal, o art. 11-K, inciso III, da Parte 1 do Anexo V do RICMS/02 (art. 20, inciso III, da Parte 1 do Anexo V do RICMS/23) estabelece claramente que, em casos da espécie, **o contribuinte destinatário deve manifestar o seu desconhecimento da operação, no portal da NFe, o que não ocorreu no caso das operações em análise.**

RICMS/02 – Anexo V – Parte 1

Art. 11-K. Após a Autorização de Uso da NF-e, o destinatário deverá se manifestar sobre sua participação na operação acobertada pela NF-e, na forma e no prazo previstos no Ajuste SINIEF nº 07/05, de 30 de setembro de 2005, e observado leiaute estabelecido no Manual de Orientação do Contribuinte, através do envio de informações de:

(...)

III - desconhecimento da operação: manifestação do destinatário declarando que a operação descrita na NF-e não foi por ele solicitada;

(...)

RICMS/23 – Anexo V – Parte 1

Art. 20 - Após a concessão de Autorização de Uso da NF-e, o destinatário deverá se manifestar sobre sua participação na operação acobertada pela NF-e, na forma e no prazo previstos no Ajuste SINIEF 07/05 e observado leiaute estabelecido no MOC - NF-e e NFC-e, por meio do envio de informações de:

(...)

III - desconhecimento da operação: manifestação do destinatário declarando que a operação descrita na NF-e não foi por ele solicitada;

(...)

Reitere-se que, **além dos documentos fiscais supracitados não terem sido cancelados, a Impugnante não trouxe aos autos nenhum resultado concreto** quanto às “ações judiciais de Exibição de Documentos” por ela mencionadas ou outros documentos que pudessem comprovar a inocorrência das operações em tela.

Cabe lembrar que o feito fiscal está fundamentado em presunção legal, que tem o condão de transferir o dever ou ônus probante da Autoridade Fiscal para o Sujeito Passivo da relação jurídico-tributária, devendo esse, para elidir a respectiva imputação, produzir provas hábeis e irrefutáveis da não ocorrência da infração.

Inexistindo apresentação de documentação hábil nesse sentido, a irregularidade é considerada como provada, nos termos do art. 136 do RPTA.

Correto, portanto, o procedimento fiscal.

Alegações quanto às Notas Fiscais referentes a Materiais de Uso e Consumo

A Impugnante questiona o feito fiscal relatando que, ao longo da ação exploratória e da fiscalização, ao ser perguntada sobre algumas das notas fiscais que supostamente não estariam na escrita fiscal, esclareceu que se trataria de materiais de uso e consumo ou que comporiam o ativo imobilizado.

Ressalta, porém, que a autuação fiscal teria incluído diversas notas fiscais relacionadas a produtos que tratam de materiais de uso e consumo ou bens destinados ao ativo imobilizado, complementando que esses itens não teriam sido utilizados na revenda ou na integração ao processo produtivo, mas sim no funcionamento interno da empresa ou como parte de seu patrimônio, o que inviabilizaria a ocorrência de fato gerador para cobrança de ICMS.

Assinala que, nos termos do art. 3º, inciso III, do RICMS/23, o imposto incidente sobre operações de entrada de mercadorias destinadas a consumidor final, quando provenientes de outro Estado, limitar-se-ia à hipótese de recolhimento da Diferença de Alíquotas (DIFAL). Nessas situações, a obrigação tributária ocorreria no momento da entrada das mercadorias no estabelecimento do adquirente, sem configurar fato gerador adicional relacionado a saídas subsequentes que inexistem.

Enfatiza que o conceito de mercadorias destinadas ao uso e consumo compreenderia os itens que não são empregados no processo produtivo, não integram o

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

produto final e não são destinados à comercialização, mas que são inerentes ao funcionamento do empreendimento. Por isso, tais operações não configurariam hipóteses de incidência do ICMS sobre supostas saídas desacobertas.

No entanto, o Fisco teria ignorado o funcionamento de seu processo produtivo e as classificações por ela realizadas e teria tratado esses produtos como se fossem, posteriormente, alvo de saídas desacobertas, não tendo a Autoridade Fiscal identificado saída correspondente para estes produtos, o que reforçaria o fato de que se tratava ali da entrada de mercadoria para o consumidor final, impossibilitando qualquer exigência de ICMS.

Cita, a título de exemplo, os seguintes produtos:

DescProduto	NCM	ChaveNFE	Classificaçã o CINAPE	Ocorrência indicada no AI	Justificativa exclusão do AI
MAQ E EQUIP TRANSFORMADOR TRIFASICO 03	8427 2090	31220717469 70100866655 00000011418 61255346720	USO E CONSUMO / ATIVO IMOBILIZAD O	Saída sem Nota Fiscal	Equipamento utilizado pela empresa, não há comercialização
MAQ E EQUIP BITS PPERFURATRIZ LOTE 04	8427 2090	31221117469 70100866655 00000011585 21418379414	USO E CONSUMO / ATIVO IMOBILIZAD O	Saída sem Nota Fiscal	Equipamento utilizado pela empresa, não há comercialização
TECNO SOLUVEL M PROD NAO ENQUADRADO NA LEGISLACAO EM VIGOR SOB TRANSP DE PROD PERIGOSOS C 1 LT 1907 21	2710 1931	31211141879 80000010155 00100006578 51000972886	USO E CONSUMO / ATIVO IMOBILIZAD O	Saída sem Nota Fiscal	Material não se integra ao produto final e a empresa não o comercializa
DISCO FLAP 4 1 2 G 80 FIBRA CONICO ZIRC VONDER	6805 3090	31210117281 97300057255 00100038916 31380037991	USO E CONSUMO / ATIVO IMOBILIZAD O	Saída sem Nota Fiscal	Material não se integra ao produto final e a empresa não o comercializa
VEDA JUNTAS 3M	3506 9110	31220341891 63100012555 00200005768 81406523172	USO E CONSUMO / ATIVO IMOBILIZAD O	Saída sem Nota Fiscal	Material não se integra ao produto final e a empresa não o comercializa

Informa que anexou à sua impugnação planilha na qual teria pontuado, de forma exemplificativa, produtos indicados na autuação fiscal que são de uso e consumo (**doc. 06**) e que não poderiam ser parte da glosa em comento.

Requer, ao final, que as mercadorias descritas na planilha “Omissões SPED - DCT”, anexa à autuação, como “Uso e Consumo / Ativo Imobilizado” e “Uso e Consumo ST”, sejam integralmente excluídas da apuração fiscal, reconhecendo-se que não houve fato gerador do ICMS conforme previsto na legislação aplicável.

Manifestando-se sobre o tema, **o Fisco se limitou a afirmar** que “*as mercadorias de uso e consumo foram incluídas no rol de saídas desacobertas, uma vez se tratar de mercadorias ligadas ao processo produtivo do contribuinte. Como a própria autuada demonstra, em sua impugnação, as mercadorias taxadas de uso e consumo, são mercadorias consumidas no processo de produção*”.

Cabe lembrar, inicialmente, que a **ocorrência de acusação de saídas desacobertas para os itens classificados como “Uso e Consumo – ST” não foi identificada**, ou seja, a exigência fiscal se restringiu à multa isolada por falta de registro dos respectivos documentos fiscais.

Para os itens classificados na coluna “Classificação segundo CINAPE” como “Uso e Consumo / Ativo Imobilizado”, para alguns itens/notas fiscais, a exigência também se restringiu à multa isolada por falta de escrituração, dependendo dos CSTs/CFOPs das operações; **para a outra parte, as exigências (ICMS, Multa de Revalidação e Multa Isolada) foram atreladas à acusação de saídas desacobertas de documentação fiscal**, nos termos da presunção legal estabelecida no art. 51, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 6.763/75.

Lei nº 6.763/75

Art. 51 - O valor das operações ou das prestações poderá ser arbitrado pela autoridade fiscal, na forma que o regulamento estabelecer e sem prejuízo das penalidades cabíveis, quando:

(...)

Parágrafo único - **Presume-se:**

I - **entrada e saída do estabelecimento a mercadoria não declarada pelo contribuinte**, cuja operação de aquisição tenha sido informada ao Fisco pelo contribuinte remetente ou pelo transportador.

(...) (Destacou-se)

No entanto, como bem salienta a Impugnante, **essa presunção não se aplica aos materiais classificados como de uso e consumo ou destinados ao ativo imobilizado da empresa**, devendo-se ressaltar que o Fisco não contesta a classificação adotada pela empresa autuada, ao contrário, pois a planilha fiscal foi baseada nas informações prestadas pela empresa.

Os materiais de uso e consumo **não se integram ao produto final** e não se desgastam, imediata e integralmente, no curso da industrialização, ou seja, tais materiais, pela sua própria natureza, não dão origem a saídas de **produtos deles resultantes**, tributada ou não pelo imposto, pois eles não se confundem com matérias-primas ou produtos intermediários.

Assim, inexistindo comprovação de que a Autuada comercializa produtos da mesma espécie, verifica-se ser **incabível a presunção utilizada pelo Fisco**.

A conclusão é a mesma em relação aos produtos destinados ao ativo imobilizado da empresa, por se tratar de bens duráveis e materiais utilizados na consecução da atividade empresarial, que não são destinados à revenda imediata, mas sim à geração de receitas a longo prazo.

Devem ser canceladas, portanto, as exigências fiscais relativas ao ICMS, à Multa de Revalidação e à **Multa Isolada capitulada no art. 55, inciso II**, da Lei nº 6.763/75, em relação a todos os bens vinculados à rubrica “Uso e Consumo/Ativo

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Imobilizado” constante na coluna “Classificação CINAPE” da planilha “Omissões SPED – DCT”, elaborada pelo Fisco.

A conclusão acima é corroborada por decisões deste E. Conselho, podendo ser citadas, a título de exemplo, as relativas aos Acórdãos nº 18.644/10/2ª e 20.328/11/3ª, que foram assim ementados:

ACÓRDÃO Nº 18.644/10/2ª

MERCADORIA – SAÍDA DESACOBERTADA. IMPUTAÇÃO FISCAL DE SAÍDAS DE MERCADORIAS DESACOBERTADAS DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL, CUJAS AQUISIÇÕES SE DERAM SUPOSTAMENTE PARA USO E CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. EXIGÊNCIAS DE ICMS E DAS CORRESPONDENTES MULTAS DE REVALIDAÇÃO E ISOLADA, CAPITULADAS, RESPECTIVAMENTE, NOS ARTS. 56, II E 55, II, AMBOS DA LEI Nº 6.763/75. ENTRETANTO, **DEVEM SER EXCLUÍDAS AS EXIGÊNCIAS RELATIVAS ÀS MERCADORIAS CUJA COMERCIALIZAÇÃO REVELA-SE, PELA PRÓPRIA NATUREZA DAQUELAS, INCOMPATÍVEL COM O RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA EXERCIDO PELO AUTUADO.** INFRAÇÃO PARCIALMENTE CARACTERIZADA.

(...) (DESTACOU-SE)

ACÓRDÃO Nº 20.328/11/3ª

MERCADORIA – SAÍDA DESACOBERTADA - OMISSÃO DE REGISTRO DE ENTRADA - PRESUNÇÃO. CONSTATOU-SE SAÍDA DE MERCADORIAS DESACOBERTADAS DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TENDO EM VISTA A FALTA DE REGISTRO DE NOTAS FISCAIS DE ENTRADAS, VERIFICADA MEDIANTE CONFRONTO ENTRE OS ARQUIVOS SINTEGRA DA AUTUADA E OS MESMOS ARQUIVOS DOS REMETENTES DAS MERCADORIAS. PROCEDIMENTO FISCAL AMPARADO NO ART. 51, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I DA LEI Nº 6.763/75. **INFRAÇÃO CARACTERIZADA PARA AS MERCADORIAS, DESTINADAS À COMERCIALIZAÇÃO, EFETIVAMENTE RECEBIDAS E NÃO REGISTRADAS PELA IMPUGNANTE,** JUSTIFICANDO AS EXIGÊNCIAS DE ICMS, CALCULADO A PARTIR DAS MÉDIAS DAS ALÍQUOTAS, MULTA DE REVALIDAÇÃO E MULTA ISOLADA PREVISTA NO ARTIGO 55, INCISO II DA LEI Nº 6.763/75. LANÇAMENTO PARCIALMENTE PROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

(DESTACOU-SE)

Fica mantida, porém, a Multa Isolada prevista no art. 55, inciso I, da Lei nº 6.763/75, pela falta de escrituração dos documentos fiscais relativos a bens similares, uma vez que tal infração encontra-se devidamente caracterizada nos autos, devendo-se reiterar que **não há exigências concomitantes** de falta de escrituração de documentos fiscais e saídas desacobertadas de documentação fiscal.

Alegações quanto às Notas Fiscais referentes a Produtos com Saída Acobertada

A Impugnante narra que a presente autuação estaria fundamentada no art. 159, § 4º, inciso I, do RICMS/23 (antigo art. 194, § 5º, inciso I, do RICMS/02), o qual

permitiria à Autoridade Fiscal presumir que mercadorias adquiridas pelo contribuinte e não declaradas tenham sido objeto de saídas desacobertadas. Contudo, para a presunção operar legitimamente, seria indispensável que se verifique a ausência de registros fiscais relativos às mercadorias autuadas.

No seu entender, tal premissa não se sustentaria em algumas das notas apontadas para presumir as supostas saídas desacobertadas, tais como para as mercadorias “Trilho TR 32”, “Telhas de Vagalume”, “Viga I 3” 1ª Alma x6000”, “Tubos de Segunda Linha” e “Trocadores de Calor Usado”.

Cita, a título exemplificativo, o caso relacionado com os “**Tubos de Segunda Linha**”, informando que “o fluxo de circulação desses **trilhos** teria ocorrido com as seguintes fases”:

- venda inicial em 10/07/20 por meio da Nota Fiscal nº 20.006;
- devolução da venda, em 21/07/20, por meio da Nota Fiscal nº 134233 integrante da autuação.

Assinala que, em função da presunção de que tais trilhos teriam sido vendidos sem a emissão de notas fiscais, o Fisco teria promovido a autuação de saída desacobertada sem, contudo, buscar verificar se realmente essa saída ocorreu sem emissão dos respectivos documentos fiscais.

Salienta que, caso se aprofundasse na verificação, o Fisco perceberia que acobertamentos posteriores teriam ocorrido com tais trilhos, e apresenta *prints* de Documentos Auxiliares da Nota Fiscal Eletrônica – DANFES relativos a vendas de trilhos com datas posteriores às entradas autuadas.

Destaca que outros exemplos atestariam que foram desconsideradas na apuração fiscal entradas de produtos que possuiriam saídas acobertadas, o que seria o caso dos seguintes produtos: “Telhas de Vagalume” (inclusive com notas fiscais contendo datas de saída coincidentes com as de entrada), “Cantoneira” e “Viga I 3” Alma x 6000” (*vide* págs. 30/36 da Impugnação).

Especificamente quanto ao produto “Trocadores de Calor”, a Impugnante ressalta que a nota fiscal relativa à compra original traria, em seu corpo, a indicação de se tratar de produto usado.

Argumenta que esses trocadores seriam sucatas de equipamento inservível ao uso, que teriam sido comercializados no mesmo “estado” em que se encontravam, conforme Nota Fiscal nº 20.674.

Enfatiza que a presunção fiscal, conforme prevê a legislação aplicável, só poderia ser adotada quando ausentes registros que demonstrem a regularidade das operações, porém, no caso em questão, verificar-se-ia documentação fiscal que comprova o registro das entradas e saídas das mercadorias, afastando qualquer possibilidade de irregularidade.

Pondera que a simples presunção de irregularidade, sem a verificação de tais registros, configuraria infração aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da verdade material, que devem nortear os procedimentos administrativos tributários no

âmbito deste Estado, sendo dever do Fisco esgotar todos os meios disponíveis para verificar a procedência das operações antes de imputar presunções que oneram indevidamente o contribuinte.

Informa que preparou a planilha exemplificativa anexada à sua defesa, na qual listaria notas de saída que acobertariam produtos que teriam sido adotados para a presente autuação fiscal (doc. 07).

Requer, nessa linha, a exclusão das operações descritas neste tópico e a revisão das demais entradas que porventura possuam saídas acobertadas, com a consequente redução do crédito tributário exigido.

Contudo, as alegações da Impugnante **não têm o condão de contraditar** o feito fiscal, ressalvadas eventuais observações em sentido contrário nas linhas abaixo.

As notas fiscais de saídas apresentadas pela Impugnante **apenas comprovam que ela comercializa os mesmos produtos cujas entradas (aquisições) não foram registradas** em sua escrita fiscal.

Assim, é perfeitamente natural a existência de notas fiscais de saídas de produtos da mesma espécie dos adquiridos pela Impugnante, uma vez que ela comercializa os mesmos produtos.

Tratando-se de **mercadorias que não são perfeitamente identificáveis**, com entradas inequivocamente não declaradas, **uma vez inexistentes provas que contrariem tal fato**, a simples apresentação de notas fiscais de saídas de produtos com as mesmas características não afasta a presunção legal de saídas desacobertadas, face à impossibilidade de vinculação das entradas com as saídas.

Assim, caberia à Impugnante demonstrar, baseando-se em todos os dados de sua escrita fiscal e/ou contábil (formalmente regulares), com as retificações dos dados não declarados, que as notas fiscais de saídas contemplariam, no todo ou em parte, as entradas não declaradas, **o que não ocorreu no caso dos autos**.

Não se trata, portanto, de prova negativa impossível, como tenta fazer crer a Impugnante.

Reitere-se que as presunções legais *juris tantum* têm o condão de transferir o dever ou ônus probante da Autoridade Fiscal para o sujeito passivo da relação jurídico-tributária, devendo este, para elidir a respectiva imputação, produzir provas hábeis e irrefutáveis da não ocorrência da infração.

Inexistindo apresentação de documentação hábil que possa elidir o feito fiscal, no todo ou em parte, a irregularidade é considerada como provada, nos termos do art. 136 do RPTA.

Não obstante o acima exposto, devem ser canceladas as exigências fiscais relativas ao produto “Trocadores de Calor Usado”, em função dos seguintes fatos:

- **a única entrada não declarada** se refere à Nota Fiscal nº 817, emitida pela empresa “Comercial Brasmero Produtos Siderúrgicos Máquinas e Equipamentos”, datada de **01/02/21**, na qual constava como descrição a mercadoria “Trocadores de Calor usado”;

- a Impugnante classificou esse produto (na entrada) como “Uso e Consumo/Ativo Imobilizado”, rubrica não contestada pelo Fisco, para a qual já foi determinada a exclusão das exigências fiscais atreladas à presunção legal de saídas desacobertadas (ICMS, Multa de Revalidação e Multa Isolada);

- a saída posterior desse bem ocorreu com regular emissão do documento fiscal correspondente e foi normalmente tributada pelo ICMS (Nota Fiscal de Saída nº 20.674, de **24/09/21**, conforme *print* do DANFE apresentado pela Impugnante).

Lado outro, insta destacar que a Impugnante se equivocou ao fazer menção ao produto “Tubos de Segunda Linha”, apresentando, em seguida, cópias de DANFES relativos a “Trilhos TR 32”, **inexistindo, portanto, qualquer relação entre as notas fiscais de entradas** de “Tubos de segunda Linha” (não registradas) e **as de saídas** por ela mencionadas.

Quanto aos “Trilhos TR 32” propriamente ditos, o que se verifica é que o feito fiscal está baseado em uma **nota fiscal de devolução** desses produtos à Impugnante (Nota Fiscal de Devolução nº 134233, de 21/07/20, emitida pela empresa Vetorial Siderurgia Ltda; venda original feita pela Impugnante em 10/07/20, por meio da Nota Fiscal nº 20.006).

No entanto, a presunção legal estabelecida no art. 51, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 6.763/75 diz respeito à entrada de mercadoria não declarada pelo contribuinte, cuja “**operação de aquisição**” tenha sido informada ao Fisco pelo contribuinte remetente ou pelo transportador, **o que não é caso da devolução em questão.**

Esclareça-se que inexistente acusação fiscal de falta de escrituração de notas fiscais de aquisições de “Trilhos TR 32”.

Excepcionadas as retificações acima, relativas aos “**Trocadores de Calor**” e aos “**Trilhos TR 32**”, as exigências fiscais afiguram-se corretas, nos termos da presunção legal estabelecida no art. 51, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 6.763/75.

Alegações quanto às Notas Fiscais referentes a Produtos de Revenda que Permaneceram no Estoque da Empresa

A Impugnante alega que outro ponto que teria passado despercebido pela Auditoria Fiscal foi a existência de produtos indicados como saídas desacobertadas que, na verdade, teriam permanecido no estoque da empresa, citando, como exemplo, o produto “Tubos de Aço 24’ Parede 3/8”.

Argumenta, porém, que os tubos de aço em questão estariam devidamente armazenados em seu estabelecimento, conforme fotografias por ela apresentadas em sua impugnação.

Acrescenta que, além das imagens, as especificações técnicas do produto (diâmetro, espessura etc.) evidenciariam a permanência dos produtos no seu estoque, uma vez que teriam sido realizadas medições técnicas assegurando “*a correspondência entre os produtos autuados e os itens atualmente em estoque*”.

Conclui, dessa forma, que os produtos em questão teriam permanecido em seu estoque, afastando qualquer presunção de saída desacobertada.

Porém, **ao contrário da alegação da Impugnante**, tais argumentos são insuficientes para descaracterizar a presunção legalmente prevista de saídas desacobertadas de documentação fiscal.

Reitere-se, nesse sentido, que o feito fiscal teve como origem a completa irregularidade da Autuada, no que diz respeito à transmissão/entrega de seus arquivos relativos à sua escrita fiscal (SPED Fiscal).

Como já afirmado, durante um longo tempo, a Impugnante sequer cumpria sua obrigação de entrega/transmissão, na forma regulamentar, dos arquivos relativos à sua escrita fiscal, além de ter cometido outras irregularidades, conforme o detalhado Relatório Fiscal Complementar anexado ao Auto de Infração.

Ademais, similarmente ao ressaltado no item anterior, a existência de estoque somente comprova que a Autuada comercializa as mercadorias objeto da presente autuação, inexistindo, no presente caso, comprovação de que o estoque declarado seja compatível com as entradas, declaradas e não declaradas, e as saídas devidamente acobertadas por documentos fiscais.

Corretas, portanto, as exigências fiscais, constituídas pelo ICMS apurado, acrescido das Multas de Revalidação e Isolada, capituladas nos arts. 56, inciso II, e 55, inciso II e § 2º, inciso I, da Lei nº 6.763/75.

Alegações quanto às Notas Fiscais referentes a Produtos de Devoluções Identificadas e Retornos de Industrialização

A Impugnante sustenta que deveria ser reconhecida a exclusão das mercadorias apontadas na autuação como saídas desacobertadas, as quais se relacionariam a entradas classificadas como retornos de industrialização ou devoluções regulares devidamente registradas, salientando que a inclusão dessas mercadorias no Auto de Infração como “saídas sem nota fiscal” desconsideraria por completo a natureza das operações realizadas.

Ressalta que, nos casos de retorno de industrialização, os produtos teriam sido remetidos a terceiros para execução de serviços industriais específicos e teriam retornado ao seu estabelecimento após a conclusão do processo, operação que se encontraria amparada pelo Regulamento do ICMS. Tais normas permitiriam que o retorno de mercadorias enviadas para industrialização fosse acobertado por nota fiscal emitida pelo destinatário do serviço, não configurando, portanto, operação tributável de circulação de mercadorias.

Quanto às devoluções, a Impugnante afirma que seriam operações em que o destinatário original lhe devolveria as mercadorias enviadas, sem que tenha ocorrido a efetiva comercialização ou integração ao processo produtivo do adquirente, complementando que essas operações também estariam devidamente regulamentadas pelo Regulamento do RICMS e possuiriam tratamento fiscal específico, não ensejando a cobrança do ICMS sobre a entrada.

Destaca que, em ambos os casos, haveria registro de entrada original das mercadorias na escrita fiscal da empresa, de modo que ao se presumir saída desacobertada pelas notas de retorno e devolução, as mercadorias estariam sendo tratadas na escrita fiscal da empresa em duplicidade, oportunidade em que apresenta exemplos.

Alega que a inclusão dos itens exemplificados no Auto de Infração configuraria erro grave, pois consideraria a entrada regular das mercadorias como um novo fato gerador de saída desacobertada.

Requer ao final, a exclusão das mercadorias listadas da apuração do Auto de Infração, considerando que as operações configurariam retornos de industrialização e devoluções devidamente documentadas.

Por sua vez, o Fisco sustenta a correção de seu procedimento, nos seguintes termos:

Manifestação Fiscal

As mercadorias de uso e consumo foram incluídas no rol de saídas desacobertadas, uma vez se tratar de mercadorias ligadas ao processo produtivo do contribuinte. Como a própria autuada demonstra, em sua impugnação, as mercadorias taxadas de uso e consumo, são mercadorias consumidas no processo de produção. Com relação às entradas, a título de devolução, cabe ressaltar que, uma vez retornadas em devolução, suas entradas deveriam constar da escrita fiscal da autuada, já que devolvidas, voltando a fazer parte do estoque da empresa para uma saída posterior acobertada de documento fiscal. Uma vez não registradas essas devoluções, e em se tratando de mercadorias não perfeitamente identificáveis, leva-se também à presunção de terem saído do estabelecimento desacobertadas de documentação fiscal. **Segue o mesmo raciocínio para as mercadorias em retorno de industrialização, ou seja, elas voltaram para o estabelecimento, mas não foram lançadas as suas entradas,** não havendo como comprovar se as mesmas se juntaram ao estoque da autuada para posterior saída acobertada de documentação fiscal.

(...)

Com relação às mercadorias de retorno de industrialização e devolução, o registro de entrada original da mercadoria não acoberta a nova entrada, ou seja, a mercadoria entrou, foi registrada, saiu acobertada e retornou a título de retorno de industrialização ou devolução. Assim sendo, não há que se falar que o registro dessas entradas restaria em tratamento em duplicidade das mercadorias pela

empresa, como afirma a autuada, uma vez se tratar de operações distintas.

(...)(Grifou-se e destacou-se)

Esclareça-se, inicialmente, que **o feito fiscal se restringiu à exigência da Multa Isolada capitulada no art. 55, inciso I, da Lei nº 6.763/75**, em relação às operações inerentes às notas fiscais vinculadas às rubricas “Industrialização”, “Retorno Industrialização” e “Devoluções Identificadas” constantes na coluna “Classificação CINAFE” (planilha “Omissões SPED – DCT), emitidas com os **CST’s 41 e 50 e CSON’s 201 e 400**.

Especificamente em relação à rubrica “industrialização”, para as entradas não registradas das mercadorias recebidas para tal fim, o Fisco achou por bem aplicar a redução prevista no art. 55, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 6.763/75 (5% – cinco por cento – do valor da operação), em função da comprovação de emissão de notas fiscais de saídas.

Porém, para a Nota Fiscal nº 19990, de 18/08/21, emitida pela empresa “Piraferro Comércio de Ferro e Aço Ltda”, **com o fim de industrialização** de “sucata bobinada” no estabelecimento autuado, o Fisco exigiu o ICMS, a respectiva multa de revalidação e a Multa Isolada capitulada no art. 55, inciso II, da Lei nº 6.763/75.

Tal situação caracteriza situação **concreta, e não presuntiva**, de saída sem nota fiscal, pois inexistente documento fiscal de saída referente ao retorno ao estabelecimento encomendante da industrialização ou com destino a terceiros.

Para as operações acima, não há qualquer retificação a ser feita, seja pela falta de registro dos documentos fiscais autuados, **fato inconteste nos autos**, seja pela saída concretamente realizada sem emissão do documento fiscal correspondente.

Em relação às demais operações, relativas às devoluções de mercadorias e retornos de industrialização (retornos para a Impugnante), para as quais o Fisco presumiu a ocorrência de saídas desacobertas, exigindo ICMS, a Multa de Revalidação e a Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II, da Lei nº 6.763/75, **há que se dar razão à Impugnante**.

Como ressaltado anteriormente, a presunção legal estabelecida no art. 51, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 6.763/75 se refere à entrada de mercadoria não declarada pelo contribuinte, cuja **“operação de aquisição”** tenha sido informada ao Fisco pelo contribuinte remetente ou pelo transportador, **o que não é caso das devoluções ou dos “retornos de industrialização”**.

Muito embora ocorra uma “nova entrada” no estabelecimento autuado, em tais situações a exigência fiscal deve se restringir à multa isolada por falta de escrituração dos respectivos documentos fiscais, pois as aquisições originais das mercadorias foram regularmente acobertas por documentação fiscal, inexistindo qualquer acusação quanto à regularidade das aquisições originalmente efetuadas pelo Contribuinte.

Devem ser canceladas, portanto, as exigências fiscais referentes às saídas presumidas como desacobertas (ICMS, Multa de Revalidação e Multa Isolada –

art. 55, inciso II, da Lei nº 6.763/75), no tocante às notas fiscais vinculadas às rubricas “Devoluções Identificadas”, “Retorno de Industrialização”, “Material devolvido em 12/02/2022 à CINAPE pela NFE 52948, sem ter sido realizada a industrialização” e “Material devolvido em 15/03/2022 à CINAPE pela NFE 53592, sem ter sido realizada a industrialização”.

Alegações quanto à Necessária Revisão da Apuração Fiscal quanto ao Sistema de Débito e Crédito do ICMS

Em apertada síntese, a Impugnante requer que sejam compensados com os débitos apurados os créditos relativos às notas fiscais de entradas não escrituradas, assim como os créditos já existentes em sua escrita fiscal.

Contudo, o pleito da Impugnante não encontra respaldo na legislação vigente.

Cabe lembrar, nesse sentido, que a exigência de ICMS está atrelada às saídas de mercadorias legalmente presumidas como desacobertas de documentação fiscal.

Assim, considerando-se que no período autuado as operações autuadas ocorreram sem o regular acobertamento fiscal, encontrava-se esgotado o prazo para recolhimento do ICMS devido desde o momento da ocorrência do fato gerador (saídas das mercadorias), nos termos dos arts. 89, inciso I, do RICMS/02 e 115, inciso I, do RICMS/23.

RICMS/02

Art. 89. Considera-se esgotado o prazo para recolhimento do imposto, inclusive o devido a título de substituição tributária, relativamente à operação com mercadoria cuja saída, entrega, transporte ou manutenção em estoque ocorra:

I - sem documento fiscal, ou quando este não for exibido no momento da ação fiscalizadora, exceto se o sujeito passivo, ou terceiro interessado, provar inequivocamente que existia documento hábil antes da ação fiscal.

(...)

RICMS/23

Art. 115 - Considera-se esgotado o prazo para recolhimento do imposto, inclusive o devido a título de substituição tributária, relativamente à operação com mercadoria cuja saída, entrega, transporte ou manutenção em estoque ocorra:

I - sem documento fiscal, ou quando este não for exibido no momento da ação fiscalizadora, exceto se o sujeito passivo, ou terceiro interessado, provar inequivocamente que existia documento hábil antes da ação fiscal;

(...)

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Por consequência, é vedada a compensação de créditos do imposto com os débitos apurados, por força das normas estabelecidas nos arts. 89-A do RICMS/02 e 116 do RICMS/23.

RICMS/02

Art. 89-A. Fica vedada a compensação de créditos de ICMS com imposto vencido, exceto nas hipóteses do Anexo VIII deste Regulamento.

RICMS/23

Art. 116 - Fica vedada a compensação de créditos de ICMS com imposto vencido, exceto nas hipóteses do Anexo III.

Cabe lembrar que os documentos fiscais de entradas sequer foram escriturados pela Impugnante, cabendo a esta regularizar a sua escrita fiscal e providenciar a apropriação extemporânea dos créditos a que tiver direito, observando o disposto no art. 67, §§ 2º a 5º, do RICMS/02 (redação idêntica à estabelecida no atual art. 32, §§ 2º a 5º, do RICMS/23).

RICMS/02

Art. 67. Ressalvado o disposto no inciso I do § 3º do artigo anterior, o valor a ser abatido será escriturado no mesmo período de apuração em que ocorrer a aquisição ou o recebimento da mercadoria ou do bem, ou a utilização do serviço, conforme o caso.

(...)

§ 2º O crédito do imposto corretamente destacado em documento fiscal e não aproveitado na época própria, tenha ou não sido escriturado o documento respectivo, poderá ser apropriado pelo contribuinte, mediante:

I - escrituração do seu valor nos registros próprios da Escrituração Fiscal Digital - EFD, inclusive naquele correspondente à observação de lançamento fiscal;

Efeitos de 15/12/02 a 23/10/20

"I - escrituração de seu valor no livro Registro de Entradas, se o documento fiscal ainda não houver sido lançado neste livro, fazendo-se, na coluna "Observações" e no documento fiscal, anotação da causa da escrituração extemporânea;"

Efeitos de 15/12/02 a 23/10/20

"II - escrituração de seu valor no livro Registro de Apuração do ICMS (RAICMS), no campo "Outros Créditos", se o documento fiscal já houver sido lançado no livro Registro de Entradas, consignando-se observação esclarecedora da ocorrência;"

Efeitos de 15/12/02 a 30/11/20

“III - comunicação do fato à repartição fazendária a que o mesmo estiver circunscrito, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do término do período de apuração do imposto em que o crédito foi apropriado.”

§ 3º O direito de utilizar o crédito extingue-se depois de decorridos 5 (cinco) anos, contados da data de emissão do documento.

§ 4º Para o efeito de aplicação deste artigo, os débitos e os créditos devem ser apurados em cada estabelecimento do sujeito passivo, ressalvadas as hipóteses de inscrição única.

§ 5º O prazo a que se refere o § 3º, nas hipóteses do § 7º do art. 20 da Parte 1 do Anexo V, será contado a partir da emissão da nota fiscal emitida pelo contribuinte por ocasião da imobilização.

Da Sujeição Passiva

Conforme relatado, o sócio-administrador do estabelecimento autuado, Sr. Ildeu Simões de Carvalho, foi eleito para o polo passivo da presente obrigação tributária, com fulcro no art. 135, inciso III, do CTN c/c o art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75.

CTN

Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

(...)

III - Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Lei nº 6.763/75

Art. 21. São solidariamente responsáveis pela obrigação tributária:

(...)

§ 2º - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto:

(...)

II - O diretor, o administrador, o sócio-gerente, o gerente, o representante ou o gestor de negócios, pelo imposto devido pela sociedade que dirige ou dirigiu, que gere ou geriu, ou de que faz ou fez parte.

As infrações narradas no Auto de Infração, devidamente caracterizadas nos autos, **não** se confundem com mero inadimplemento da obrigação tributária, tratando-se, na verdade, de atos contrários à lei, de infração em cuja definição o dolo específico é elementar (falta de escrituração de notas fiscais e saídas desacobertas de documentação fiscal).

Correta, portanto, a inclusão do sócio supracitado no polo passivo da obrigação tributária, nos termos previstos nos dispositivos legais acima reproduzidos.

Da Arguição de Impossibilidade de Cumulação da Multa Isolada e Multa de Revalidação

Quanto à arguição da Impugnante de que estaria sendo duplamente penalizada, contrariando o princípio do *non bis in idem*, há que se destacar que as multas foram aplicadas sobre fatos distintos e são calculadas tomando-se bases de cálculo diferentes.

A Multa Isolada prevista no art. 55, inciso I, da Lei nº 6.763/75 refere-se à falta de escrituração de notas fiscais de entradas no livro fiscal próprio.

Lei nº 6.763/75

Art. 55. As multas para as quais se adotarão os critérios a que se referem os incisos II a IV do art. 53 desta Lei são as seguintes:

I - por faltar registro de documento fiscal na escrituração fiscal destinada a informar a apuração do imposto, conforme definido em regulamento - 10% (dez por cento) do valor da operação ou prestação, reduzida a 5% (cinco por cento) quando se tratar de:

- a) entrada de mercadoria ou utilização de serviços registrados no livro diário;
- b) saída de mercadoria ou prestação de serviço, cujo imposto tenha sido recolhido;

(...)

Por outro lado, a Multa Isolada capitulada no art. 55, inciso II e § 2º, inciso I, do mesmo diploma legal refere-se a descumprimento de obrigação acessória, por falta de emissão de documentos fiscais no momento das saídas de mercadorias do estabelecimento autuado.

Lei nº 6.763/75

Art. 55. As multas para as quais se adotarão os critérios a que se referem os incisos II a IV do art. 53 desta Lei são as seguintes:

(...)

II - por dar saída a mercadoria, entregá-la, transportá-la, recebê-la, tê-la em estoque ou depósito desacoberta de documento fiscal, salvo na hipótese do art. 40 desta Lei - 40% (quarenta por cento) do valor da operação, reduzindo-se a 20% (vinte por cento) nos seguintes casos:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

a) quando as infrações a que se refere este inciso forem apuradas pelo Fisco, com base exclusivamente em documentos e nos lançamentos efetuados na escrita comercial ou fiscal do contribuinte;

b) quando se tratar de falta de emissão de nota fiscal de entrada, desde que a saída do estabelecimento remetente esteja acobertada por nota fiscal correspondente à mercadoria;

(...)

§ 2º - As multas previstas neste artigo:

I - ficam limitadas a duas vezes o valor do imposto incidente na operação ou prestação;

(...)

Ao contrário da alegação da Impugnante, a redução prevista na alínea “a” do inciso II acima não se aplica ao caso dos autos, uma vez que a infração **não** foi apurada com base **exclusivamente** em documentos e nos lançamentos efetuados na escrita comercial ou fiscal do contribuinte, **uma vez que a presente autuação foi fundamentada em cruzamento de dados**, com base em arquivos e informações prestadas pelos fornecedores da Autuada.

De igual forma, a redução prevista na alínea “b” do mesmo inciso II também não se aplica ao caso presente, pois a infração apurada pelo Fisco se refere a saídas de mercadorias desacobertas de documentação fiscal, não tendo, pois, qualquer relação com falta de emissão de notas fiscais de entradas.

Por seu turno, a Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II, da mesma lei resulta do inadimplemento de obrigação principal, ou seja, falta de recolhimento do ICMS devido.

Lei nº 6.763/75

Art. 56 - Nos casos previstos no inciso III do artigo 53, serão os seguintes os valores das multas:

(...)

II - havendo ação fiscal, a multa será de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as hipóteses de reduções previstas nos §§ 9º e 10 do art. 53.

A aplicação cumulativa da multa de revalidação com a multa isolada também obteve autorização do Poder Judiciário mineiro, como verificado na Apelação Cível nº 1.0672.98.011610-3/001, ementada da seguinte forma:

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0672.98.011610-3/001

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO – MULTA DE REVALIDAÇÃO – EXPRESSA PREVISÃO – LEI ESTADUAL Nº 6.763/75 – MEIO DE COERÇÃO – REPRESSÃO À SONEGAÇÃO – CONSTITUCIONALIDADE. A MULTA DE REVALIDAÇÃO TEM A FINALIDADE DE GARANTIR A INTEGRALIDADE

DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA CONTRA A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E INADIMPLEMENTO E NÃO SE CONFUNDE COM A MULTA MORATÓRIA NEM COM A COMPENSATÓRIA OU MESMO COM A MULTA ISOLADA. A LEI, AO PREVER COMO BASE DE CÁLCULO DA MULTA DE REVALIDAÇÃO O VALOR DO TRIBUTOS DEVIDO, PERMITE A SUA ATUALIZAÇÃO, PARA NÃO HAVER DEPRECIAÇÃO DO VALOR REAL DA MESMA.

Não há que se falar, portanto, em exigência cumulativa, e sim em aplicação de penalidades distintas para fatos também distintos (descumprimento de obrigações acessórias e multa indenizatória por recolhimento a menor do imposto).

Das Questões de Cunho Constitucional

As questões de cunho constitucional suscitadas pelos Impugnantes (princípios da capacidade contributiva, da razoabilidade, da proporcionalidade, da vedação ao confisco etc.) não serão analisadas, uma vez que não compete a este Órgão Julgador, nos termos do art. 110, inciso I, do RPTA, *“a declaração de inconstitucionalidade ou a negativa de aplicação de ato normativo, inclusive em relação à resposta à consulta a que for atribuído este efeito pelo Secretário de Estado de Fazenda”*.

Ressalte-se, no entanto, que as penalidades aplicadas atendem ao princípio da reserva legal, uma vez que expressamente previstas na Lei nº 6.763/75.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CCMG, em preliminar, à unanimidade, em rejeitar a arguição de nulidade do lançamento. No mérito, à unanimidade, em julgar parcialmente procedente o lançamento, para que sejam excluídas as exigências fiscais vinculadas às saídas presumidas como desacobertas de documentação fiscal, referentes às rubricas "Uso e Consumo/Ativo Imobilizado", "Devoluções Identificadas", "Retorno de Industrialização", "Material devolvido em 12/02/2022 à CINAPE pela NFE 52948, sem ter sido realizada a industrialização", "Material devolvido em 15/03/2022 à CINAPE pela NFE 53592, sem ter sido realizada a industrialização" e as inerentes aos produtos "Trocadores de Calor" e "Trilhos TR 32", nos termos do parecer da Assessoria do CCMG. Pelas Impugnantes, sustentou oralmente o Dr. André Almeida Gonçalves e, pela Fazenda Pública Estadual, o Dr. Saulo de Faria Carvalho. Participaram do julgamento, além do signatário, os Conselheiros Gislane da Silva Carlos (Revisora), Frederico Augusto Lins Peixoto e Mellissa Freitas Ribeiro.

Sala das Sessões, 03 de julho de 2025.

Geraldo da Silva Datas
Presidente / Relator

m/D